Associação dos Médicos Auditores e Codificadores Clínicos - AMACC

Ata da Assembleia-Geral de 24-02-2023

Edifício do Centro de Educação Médica da FMUP

Estiveram presentes na Mesa da Assembleia-Geral:

Dr.ª Helena Correia – Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dr.ª Branca Sousa – Secretária da Mesa da Assembleia-Geral

Dr. Fernando Lopes – Presidente da Direção

Dr.ª Idalina Russell – Tesoureira da Direção

Dr.ª Rosa Paula Macieira Oliveira Soares – Presidente do Conselho Fiscal

Dr.ª Filomena Almeida – Secretária do Conselho Fiscal

Ordem de trabalhos

1. Leitura da Ata da Assembleia-Geral de 2022
2. Informações gerais
3. Apresentação, discussão e aprovação do relatório e contas de 2022
4. Propostas para a realização do 15º Congresso da AMACC
5. Apresentação do plano de atividades para 2023-24

No 1º ponto da ordem de trabalhos, a Dr.ª Helena Correia procedeu à leitura da Ata da Assembleia-Geral de 20-05-2022, que decorreu no Hospital de São Teotónio em Viseu, e do respetivo anexo (declaração para o banco sobre os membros da direção responsáveis pelos movimentos da conta da AMACC).

No 2º ponto, informações gerais, o Dr. Fernando Lopes e a Dr.ª Idalina Russell sublinharam o facto de o problema com a movimentação da conta bancária ter finalmente ficado resolvido e do uso de *netbanking* e do terminal de pagamento automático (TPA) já serem uma realidade. Informaram ainda que falta equacionar e orçamentar a programação de débito direto para pagamento das cotas anuais da AMACC, em modo semelhante ao que acontece com as cotas da Ordem dos Médicos (OM).

O Dr. Fernando Lopes informou também ter participado numa reunião de todos os colégios das especialidades e das competências da OM na qual foi solicitada a inclusão no Código de

Nomenclatura e Valor Relativo dos Atos Médicos (CNVRAM) da OM dos atos relacionados com a codificação clínica e a respetiva auditoria. Disse ter solicitado aos membros da direção deste colégio e aos associados da AMACC propostas para este efeito; e que o que se pede não é o montante a pagar pela codificação dos episódios das várias especialidades, mas um valor relativo que diferencie um episódio normal (por exemplo de cirurgia geral) dos episódios mais complexos (por exemplo de UCI) ou mais simples (por exemplo de hospital de dia de quimioterapia).

Será enviado um e-mail a solicitar a participação dos associados, sublinhando que não se solicitam valores em euros, mas valores em K (unidade, frações e múltiplos). A unidade de comparação (1 K) poderá ser uma consulta médica, uma pequena cirurgia ou outro ato médico. No website da AMACC existem várias 'Propostas de preçário aconselhado para a codificação clínica' recebidas desde 2016, mas o que se pede agora são os valores relativos em K.

A Dr.ª Idalina Russell salientou que, sendo conhecidos os valores de mercado habituais para as consultas de MGF e das especialidades, podemos, a partir daí, propor os K para a codificação clínica, a auditoria e a coordenação do gabinete; e que na portaria dos GDH estão os preços de faturação dos episódios de urgência, de consulta, de diárias de internamento, etc.

O Dr. Fernando Lopes lembrou que decorreram muitos anos até que a codificação clínica fosse reconhecida como ato médico, e que agora muito beneficiaremos ao ser-lhe atribuído um valor remuneratório. As administrações hospitalares contratam os serviços de codificação negociando os seus preços. Mas existindo uma publicação de valores relativos para a prestação deste serviço, não poderão ignorá-los.

Informou também que, após os primeiros anos de admissão por consenso, aconteceram em 2022 as primeiras provas escritas de admissão à competência em codificação clínica, com um primeiro tempo de avaliação curricular e um segundo tempo de provas teóricas. Em mais de 20 candidaturas para avaliação curricular, algumas não cumpriam os requisitos mínimos e só 12 foram admitidas às provas teóricas onde só acabaram por comparecer 9, das quais 8 foram aprovadas.

As regras e os critérios de avaliação curricular estão disponíveis no website da OM. As candidaturas são apresentadas em maio e as provas (um teste de resposta múltipla e a codificação de três casos clínicos) realizam-se em outubro. Nos critérios de candidatura consta um período mínimo de atividade durante 3 anos consecutivos, desde que em exercício na data de candidatura, e um mínimo de 2500 episódios codificados, incluindo episódios médicos e cirúrgicos.

No 3º ponto da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Conselho Fiscal.

A Dr.ª Rosa Paula referiu a existência de ativos de 26.067,78€ à data de 31-12-2022. As despesas foram as habituais do exercício da associação.

O Dr. Fernando Lopes informou que, com os e-mails enviados aos associados com a informação dos valores em atraso, houve uma maior abrangência no pagamento das cotas em atraso. E que os custos do presente congresso incluíram 2.690,62 € mais IVA de ocupação do espaço (instalação do edifício

do CIM da FMUP), com o benefício de ser uma organização conjunta entre o CHUSJ e a FMUP, e 7.483,50 € mais IVA de almoços e *coffee-breaks*.

O relatório de contas foi então aprovado sem objeções.

No 4º ponto da ordem de trabalhos foi apresentada uma proposta dos associados Idalina Russell, Jorge Labandeiro, João Araújo e Daniela Teixeira de realização do 15º Congresso da AMACC no Hospital de Cascais, mais favorável em termos financeiros com a promessa de este hospital assumir as despesas administrativas e audiovisuais. O espaço no auditório é limitado, pelo que se considera a utilização do auditório da Casa das Histórias Paula Rego, com uma capacidade para 250 pessoas.

No 5º e último ponto da ordem de trabalhos o Dr. Fernando Lopes relembrou as ações formativas com a duração de um dia que a AMACC e a OM realizaram durante quatro anos consecutivos nas 3 secções regionais da OM (norte, centro e sul), as quais foram interrompidas com a pandemia. Há colegas a propor a retoma destas ações, mas é necessária a colaboração de mais colegas (entre os quais alguns já doutorados). Estas ações foram sempre muito participadas, não tiveram custos para os inscritos e os almoços eram pagos pela AMACC.

Referiu ainda os projetos de bases de dados de conteúdos à semelhança do Portal de Codificação, fechado há muitos anos. Foi construída uma outra wiki *online*, 'O Codificador', mas, com a migração dos servidores de dados da FMUP para os da Reitoria da UP, deixou de lhe ter acesso. É algo que não pode prometer porque não depende apenas dele. Os responsáveis da FMUP por esta migração andam a prometê-la há mais de 2 anos.

Referiu ainda que os associados, que pagam as suas cotas, poderiam propor outras atividades, algo que também foi solicitado por e-mail. Um associado, presente na assembleia, referiu que o pagamento das cotas da associação deveria originar algum benefício e que, para cativar novos sócios, é necessário dar alguma coisa.

A Dr.ª Marina refere que as ações temáticas da ACSS-ENSP têm decorrido em Lisboa, a meio da semana, com um preço que não é simbólico, e ao qual se tem de acrescentar o custo da deslocação e do alojamento. Sendo as ações formativas da AMACC no norte, centro e sul, ao sábado e gratuitas, incluindo o almoço, é algo que se oferece aos associados, ao contrário de outras associações que não dão nada para além de um desconto no congresso anual.

O Dr. Fernando Lopes considera, no entanto, que este benefício será pouco e solicita aos associados que identifiquem outras atividades que a associação pode oferecer, mas que, como é evidente, é necessário preparar com antecedência e ajuda de outros colegas.

A Dr.ª Branca refere os seminários de codificação clínica MEDICDS que também são da AMACC. O Dr. Fernando Lopes esclarece que estes seminários têm o 'chapéu' da FMUP que oferece toda a logística.

A sessão foi encerrada pelas 20:15 minutos, sendo que o jantar do congresso ia ser servido na Fundação Cupertino de Miranda daí a 15 minutos.

Estiveram presentes na assembleia 25 associados mais os corpos sociais da mesa da Assembleia-Geral.

Pela Direção da AMACC,